UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLARA DE OLIVEIRA BEZERRA

**MATERNIDADE E NEURODIVERSIDADE: Um relato de experiência sobre os
desafios frente ao diagnóstico**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

CLARA DE OLIVEIRA BEZERRA

MATERNIDADE E NEURODIVERSIDADE: Um relato de experiência sobre os desafios frente ao diagnóstico

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete
leite Júnior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

CLARA DE OLIVEIRA BEZERRA

MATERNIDADE E NEURODIVERSIDADE: Um relato de experiência sobre os desafios frente ao diagnóstico

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 24/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior

Membro: Prof.^a Esp. Evelyn Luísa Ribeiro

Membro: Prof.^a Me. Indira Feitosa Siebra de Holanda

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

MATERNIDADE E NEURODIVERSIDADE: Um relato de experiência sobre os desafios frente ao diagnóstico

Clara de Oliveira Bezerra¹
Francisco Francinete Leite Júnior²

RESUMO

A neurodiversidade pode ser entendida como o fenômeno de desenvolvimento atípico de um indivíduo, não sendo considerado como uma doença, mas sim uma forma diferente de ser. O presente relato de experiência teve como objetivo discutir como as mães enfrentam as dificuldades e desafios frente ao diagnóstico para seus filhos. Para isso, foi utilizado o método qualitativo, sendo um relato de experiência descritivo baseado na experiência da estagiária durante seu tempo de permanência em uma instituição pública de Juazeiro do Norte, Ceará. Os resultados evidenciaram tanto a expectativa da estagiária frente ao seu campo de atuação, como os aspectos que circundavam as mães na busca pelo entendimento da neurodiversidade dos seus filhos, além de aspectos de renúncia devido a mudanças nas suas vidas. Por fim, o estudo evidenciou que o cuidado de filhos atípicos recai majoritariamente sobre as mães das crianças, sendo que em alguns casos estas desenvolvem critérios de excelência, quando ao realizar essa tentativa recaem na insuficiência devido ao excesso de cuidados, sendo o mais aconselhável se trabalhar até chegar ao nível da suficiência conforme apontado por Winnicott, o que mais a frente se ressignifica como mecanismos de enfrentamento para lidar com uma realidade repleta de desafios.

Palavras-chave: Relato de experiência. Neurodiversidade. Mães. Psicologia.

ABSTRACT

Neurodiversity can be understood as the phenomenon of an individual's atypical development, not being considered a disease, but rather a different way of being. This experiential report aims to discuss how mothers face the difficulties and challenges associated with the diagnosis of their children. For this purpose, the qualitative method was employed, presenting a descriptive report based on the intern's experiences during her time at a public institution in Juazeiro do Norte, Ceará. The results highlighted both the intern's expectations regarding her field of activity and the aspects surrounding mothers as they seek to understand their children's neurodiversity, as well as the aspects of sacrifice resulting from changes in their lives. Finally, the study demonstrated that the care of atypical children falls predominantly on the mothers, and in some cases, they develop standards of excellence; however, in attempting to meet these standards, they often find themselves falling short due to the overwhelming demands of care. It is most advisable to strive for a level of sufficiency, as pointed out by Winnicott, which can later be interpreted as coping mechanisms to navigate a reality filled with challenges.

Keywords: Experience report. Neurodiversity. Mothers. Psychology.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: claraoliveira02@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No contexto da neurodiversidade a expressão ‘desenvolvimento atípico’ está sendo empregada atualmente como forma de indicar pessoas com necessidades especiais, sejam essas na forma de deficiência física ou intelectual, fazendo-se necessário formas de comunicação e acessibilidade diferente do usado pela maioria das pessoas (Minetto; Löhr, 2016; Callonere; Ferreira rolim; Hübner, 2011). No desenvolvimento de cada indivíduo é esperado que esteja dentro de certos padrões, tanto físicos quanto intelectuais. Todavia, essas expectativas são utópicas, já que cada indivíduo sofre influência de fatores ambientais, sociais e culturais (Minetto; Löhr, 2016).

Muitos aspectos podem estar atrelados ao desenvolvimento atípico, destaca-se os transtornos do neurodesenvolvimento, sendo essa uma condição humana encontra-se hoje em foco para o tratamento e acompanhamento (Ebert; Lorenzini; Franco da silva, 2015). Diante da realidade brasileira, estima-se que das 69 milhões de pessoas que estão entre 0 a 19 anos, em 10,3 milhões existem casos de transtornos mentais, sendo necessário algum tipo de acompanhamento (Agência Senado, 2022).

Segundo Facion (2005) e Neurosaber (2020) as crianças neuroatípicas podem apresentar uma ampla gama de particularidades, dentre elas, cita-se: Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentam dificuldades na interação social e comunicação, além de padrões repetitivos de comportamento; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sendo essa a dificuldades em manter a atenção, hiperativas e impulsivas, podendo afetar o desempenho acadêmico e social; Transtornos de Aprendizagem, incluem condições como dislexia (dificuldade na leitura), discalculia (dificuldade em matemática) e disgrafia (dificuldade em escrever); Transtornos de Ansiedade e Humor, nesse caso, crianças neuroatípicas podem ser mais propensas a transtornos de ansiedade e depressão, o que pode afetar seu bem-estar emocional; Transtorno Opositor Desafiante (TOD); Transtornos de Tiques; apego reativo; entre outros que se enquadram na categoria de neuro atipia.

Partindo desse pressuposto, torna-se relevante o aprofundamento nessa temática, visando mitigar as problemáticas que tal diagnóstico e mudanças de vida podem causar nesses núcleos familiares, agrava-se mais o fato que muitas crianças possuem essas condições neuro atípicas sem a identificação correta e nem tão pouco o tratamento (Tirelli *et al.*, 2021).

Tendo como relevância pessoal para a formação e fortalecimento das experiências profissionais da pesquisadora a partir do acúmulo de conhecimentos prévios relevantes a temática subjacente. Enfatiza-se a necessidade que seja abordado esse assunto em cunho

científico, sendo considerado a jornada pessoal e profissional, buscando contribuir significativamente para esse campo de pesquisa, pautada em debate acadêmico e científico.

Frente a uma problemática desafiadora entre maternidade e neurodiversidade, muitas mães passam por um processo de dificuldades em aceitação quanto ao diagnóstico e superação, sendo preciso questionar e reformular as concepções criadas anteriormente para uma nova realidade, de que forma pode-se superar os estigmas sociais? Como pode ser enfrentadas as barreiras institucionais? Quais os desafios emocionais para cuidarem dos seus filhos? Tais perguntas são parcialmente respondidas pelas observações e vivências da pesquisadora, que durante experiências de estágio pode experimentar.

Diante do exposto acima, o presente relato de experiência teve como objetivo geral discutir como as mães enfrentam as dificuldades práticas e desafios do diagnóstico para seus filhos. Dentre os objetivos específicos ficou a discussão sobre os estigmas sociais que recaem sobre elas, as barreiras institucionais e demandas emocionais que cotidianamente passam ao cuidarem dos seus filhos neurodivergentes, buscando compreender como o diagnóstico afeta suas vidas, bem como identificar as estratégias de enfrentamento que desenvolvem para lidar com as adversidades inerentes a essa realidade.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi de natureza básica e exploratória, sendo embasado por uma abordagem qualitativa. A coleta de dados é advinda das observações e experiências da estagiária, produzidas dentro de um grupo reflexivo voltado para mulheres que são mães de crianças neuro atípicas em uma instituição pública de Juazeiro do Norte, Ceará, registrados em diários de campo durante o estágio.

Assim a opção de metodologia para o desenvolvimento dos resultados foi o relato de experiência (RE), sendo utilizado a linguagem, performance e experiência singular, sem o objetivo de dar a última palavra sobre o tema pesquisado. Essa forma de pesquisa aceita a experiência da pesquisadora como o ponto inicial para a aprendizagem, o manuscrito do tipo relato de experiência possibilita apresentar de forma crítica as experiências vivenciadas pela pesquisadora em seu campo de estágio (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

Este estudo não precisou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois tem como objetivo apenas relatar e descrever as concepções da estagiária\pesquisadora frente as experiências vivenciadas com as mães que vivem o diagnóstico dos filhos, quando identificado

como neuro atípicos, não sendo revelado quaisquer dados relativos aos indivíduos participantes dos grupos, somente dados concernentes a temática em questão.

Para o embasamento teórico foram utilizados sites de busca como: as plataformas da Scielo, Google Acadêmico e a Periódicos da capes, sendo considerado elegíveis para o presente estudo: artigos, teses, livros, revistas de alta confiabilidade e dados de livre acesso produzidos pelo governo federal. Os descritores aplicados na busca: “mães de filhos neuro atípicos”, “transtornos mentais”, “psicopatologia”. Os estudos coletados foram organizados e selecionados para fundamentar o presente RE. Considerou-se para materiais elegíveis na composição do presente estudo artigos, monografias e meios oficiais de comunicação, disponíveis em idioma português e inglês, que puderam ser abertos ou baixados para terem sua leitura feita de forma integral, tendo como recorte temporal para o estudo mais antigo datado do ano de 2003 até 2024.

3 COMPREENDENDO A NEURODIVERSIDADE

A primeira vez que a palavra neurodiversidade foi empregada foi no ano de 1999, através da socióloga australiana e portadora de Síndrome de Asperger, Judy Singer, que utilizou “*neurodiversity*” para descrever a variedade de condições neurológicas, como autismo, TDAH, dislexia e outras. Ela argumentou que essas diferenças não deveriam ser vistas apenas como patologias, mas como parte integrante da diversidade humana em uma publicação intitulada “Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um, problema sem nome” (Ortega, 2008).

O movimento promovendo a tolerância a neurodiversidade foi inicialmente abordado pelos portadores da Síndrome de Asperger, a forma apresentada para a neurodivergência como uma “conexão neurológica” atípica não é uma doença para precisar de uma cura, mas sim uma diferença que deve ser aceita, assim como as diferenças entre etnias ou orientação sexual (Nietsche, 2011).

No ano de 2010 ocorreu um novo marco para a neurodiversidade através da publicação “*Neurodiversity: Discovering the Extraordinary Gifts of Autism, ADHD, Dyslexia, and Other Brain Differences*” (Neurodiversidade: Descobrendo os Dons Extraordinários do Autismo, TDAH, Dislexia e Outras Diferenças Cerebrais) com autoria de Thomas Armstrong, o viés apresentado pelo livro se deu como base conceitual sobre o que seria a neurodiversidade, destacando a sua importância, bem como contribuições que somente pessoas atípicas poderiam

agregar na sociedade, dentre elas: criatividade, inovação, foco, dedicação, detalhismo e resolução de problemas não convencionais (Armstrong, 2010).

A abordagem para o quadro de neurodiversidade era tratada em questões técnicas na Classificação Internacional de Doenças (CID) 10, sendo consolidada no ano de 1989, na Quadragésima Terceira Assembleia Mundial de Saúde, entrando em vigor somente em 1993, no Brasil esse enquadramento perdurou até 31 de dezembro de 2021, sendo somente a partir do dia 1 de janeiro de 2022 sendo aplicado o novo conceito na CID 11, lançado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2018 (Trilico, 2022).

Portanto o termo Neurodiversidade mobiliza o ativismo que está cada vez mais presente nas redes sociais, integrando em seu discurso os aspectos das experiências, informações e promovendo a aceitação, buscando não só mostrar que reconhecendo que a diversidade cerebral vai além do Transtorno do Espectro do Autista, incluindo condições como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, transtorno do espectro da síndrome de Tourette e outras (Pereira, 2021; Freitas; Gaudenzi, 2022).

No Brasil, além da gratuidade para os acompanhamentos terapêuticos as crianças atípicas, garantido não só pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os planos de saúde privado, existem leis que amparam todos que estão inclusos nessa categoria. As mais importantes são Lei nº 12.764 Lei Berenice Piana, de 11 de dezembro de 1990 e Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, sendo a primeira contemplando pessoas enquadradas na situação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a segunda para TDAH (Brasil, 2021; Brasil, 2012).

Atualmente os embates são muitos em torno do que seria “normal” na sociedade e o cenário não se apresenta de forma harmônica, por um lado, condições atípicas devem ser buscadas uma "cura", visto que seria considerado uma condição fora da normalidade. Por outro viés de pensamento, sendo esse a neurodiversidade, é pontuado que os cérebros são diferentes, não havendo um modelo hegemônico de funcionamento neurológico (Saes, 2019). Essa linha de pensamento ao ser somada ao modelo social, tem gerado avanços substanciais para o desenvolvimento de estudos e conquistas sociais, políticas e educacionais contemporâneas (Pereira, 2021).

Berigo *et al.* (2023) complementam esse debate em favor da neurodiversidade, de forma a estabelecer que não se deve ser entendido como uma doença, muito menos se buscar uma “cura”, devendo ser entendido como um conjunto de particularidades do indivíduo que divergem do que foi naturalizado na sociedade.

4 A MATERNIDADE DE CRIANÇAS NEUROATÍPICAS

Historicamente a construção da maternidade materializa-se a partir da relação mãe e filho sendo fundamentada a partir do discurso de amor incondicional. Esse discurso serve até hoje para alocar a mulher em um espaço familiar específico, sendo esse o seu lar, provendo pouca margem para trabalho, naturalizando esse tipo de prática como algo feito por amor (Santos; Nogueira; Mokarin, 2023). Xavier (2022) retrata que essa é uma tentativa de tocar as mulheres de forma a auxiliar na construção social de um indivíduo que possa ser totalmente preparado para assumir o papel da maternidade. Badinter (1985) reafirma esse fato de forma que esse mito da maternidade na verdade é um conjunto de práticas históricas para construção social enraizada simbolicamente.

O'Reilly (2019) aborda que o termo “maternidade” não seria adequado para representar os atos de cuidados que uma mãe teria com seus filhos, sendo mais coerente empregar a palavra “maternagem”, sendo essa referindo-se às experiências de maternidade das mulheres. Campos e Winograd (2022) conceituam esse termo como sendo, um conjunto de práticas que estão além do aspecto biológico do ser mãe, sendo na verdade atitudes que envolvem o cuidar da criança independente que qualquer vínculo com ela. Esse processo segundo Schwarz e Pretto (2018) é singular para cada mulher, sendo essencial compreender seus aspectos psicológicos, fisiológicos e sociais que atuam diretamente nessa vivência.

A maternagem quando discutida no âmbito da neurodiversidade é notoriamente polarizada, assumindo um perfil de "mãe azul", sendo uma figura delicada e altruísta, além de batalhadora e merecedora de admiração (Saad, 2024). Em outro viés é a mesma mãe que está constantemente em desgaste social e emocional, com falta de rede de apoio e frequentemente buscando por solucionar problemas cotidianos dos seus filhos (Santos; Nogueira; Mokarin, 2023).

Ao longo da história, várias condições neurológicas foram interpretadas de maneiras diferentes, pessoas com características neuroatípicas podem ter sido compreendidas como dotadas de habilidades especiais, deuses ou até mesmo figuras que são dotadas de potencial imensurável e devem ser incentivadas, enquanto em outras poderiam ser marginalizadas ou estigmatizadas, sendo enquadrados como minorias que deveriam ser invisíveis para a sociedade com pessoas “normais” (Mas, 2018).

Pessoas diagnosticadas como atípicas frequentemente eram isoladas em hospitais, clínicas e instituições psiquiátricas de longa permanência, ou até mesmo trancafiadas em suas próprias casas sendo deixado de lado acompanhamentos que poderiam estimular o desenvolvimento de suas habilidades sociocognitivas, emocionais e comunicativas (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

Entre as décadas de 40 a 60 as explicações para as alterações neurológicas partiam do campo da psicanálise, onde o principal fator a ser culpabilizado era a mãe do indivíduo, por causar esse distúrbio, as mães recebiam estereótipos nesse tempo de “mães geladeiras” (Saad, 2024). Essas mães seriam as causadoras do problema por darem pouco afeto aos seus filhos, ideia essa apresentada por Leo Kanner, em 1911, sendo Bruno Bettelheim responsável por intensificar e propagar tal discussão de tal forma ao ponto de inserir as mães no centro do debate sobre o tema (Klim, 2006; Donvan; Zucker, 2017).

Com o decorrer dos anos os princípios para justificar essa diversidade foram se distanciando dessa ideia principal, trazendo enfoque para um debate a nível biológico, especialmente no que condiz o campo cerebral do transtorno, a forma como o córtex funciona, as sinapses e as demais estruturas presentes no indivíduo (Nietsche, 2011).

Em 1967 foi publicado nos Estados Unidos o livro *'The Siege'* de autoria de Clara Claiborne, onde é relatado a experiência de como é ser mãe de uma menina autista, esse é o primeiro trabalho publicado trazendo um posicionamento exclusivamente materno sobre a condição atípica, nesse livro é criticado a associação entre o autismo e a culpa materna, servindo de incentivo mais tarde para combater mitos e equívocos sobre essa temática (Pollak, 2003).

Na realidade brasileira, o tema de neurodiversidade tomou destaque somente no ano de 1950, sendo o autismo o foco do debate através de mães e pais, porém, somente na década de 80 o assunto foi discutido em âmbito político (Lopes, 2019). No mesmo ano começou a surgir os primeiros grupos organizados politicamente para entrar em pauta no assunto, sendo eles a Associação de Pais de Autistas (AMA), criada em 8 de agosto de 1983, em São Paulo; a Associação de Pais de Autistas do Rio de Janeiro (APARJ), oficialmente fundada em 17 de julho de 1985; e a Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas (ASTECA), aberta por familiares de autistas no Distrito Federal, em 1986 (Cavalcante, 2003; Leandro; Lopes, 2018; Lopes, 2019, Lopes, 2020).

Durante essas décadas diversos movimentos sociais foram surgindo para promover o melhor entendimento do que seria essa pluralidade neural, dentre eles a autodefesa, autoadvocacia e principalmente o movimento feminista que se voltou para mudar a visão que se tinha sobre a ideia de que as mães seriam as culpadas por causar os transtornos em seus

filhos, desconstruindo assim paradigmas do que anteriormente era visto como uma doença e passou a ser entendido como diversidade (Ortega, 2008).

Com esses movimentos sociais, outras condições neuroatípicas foram sendo agregadas a causa, dentre elas o TDAH, TOD e muitas outras, reforçando o movimento e trazendo à tona as necessidades de não só o acompanhamento médico, bem como ideia de apoio as famílias (Pereira, 2021).

Apesar de todas as crianças serem diferentes nas fantasias das mães e dos pais, o processo subjetivo de adequação entre o que foi fantasiado e a criança real é especialmente delicado no caso de crianças atípicas (Mannoni, 1999). Nas projeções parentais, não se espera que algo possa interferir no desempenho da criança, diante desse cenário elas podem ter necessidades específicas em termos de comunicação, socialização, aprendizado e cuidados diários, isso vai exigir uma adaptação constante e uma abordagem personalizada para atender às necessidades individuais (Fantini, 2022).

Com esses aspectos trabalhados no ambiente familiar, a responsabilidade de lidar com essa nova realidade recai sobre a mãe na maioria das vezes, tornando-a desafiadora emocionalmente e fisicamente. Mesmo diante dessas adversidades, o reforço para grupos de apoio se encontra como uma forma de mitigar esse desgaste, dentre eles temos, terapeutas e profissionais de saúde mental para ajudar a lidar com o estresse, ansiedade e outras emoções associadas ao cuidado de uma criança neuroatípica (Freitas; Gaudenzi, 2022).

5 O DIAGNÓSTICO DAS CRIANÇAS NEUROATÍPICAS E AS DIFICULDADES PARA VIVER EM SOCIEDADE

As noções de diagnóstico nesse caso precisam ir além do que é colocado como o valor intrínseco do ‘papel’, deixando de lado a forma como o mesmo seria colocado como algo que estabelece rótulos para um indivíduo, esse é um elemento importante para a psiquiatria e a condução do tratamento terapêutico do indivíduo, sendo indispensável considerar também seus aspectos pessoais para acolher de forma adequada o sofrimento do paciente, traçando o melhor tipo de estratégia a partir disso (Dalgarrondo, 2019).

Os indicativos de uma criança atípica são possíveis de identificar na primeira infância, antes mesmo dela ser introduzida no ambiente escolar, as variáveis de cada transtorno vão depender do grau em que a criança é afetada (Alves, 2022).

Desde o final do século XVIII, a condição psiquiátrica da infância vem sendo alvo de debates na comunidade científica, de forma que o consenso para a época era que crianças

atípicas e até mesmo adultos sofreriam de um mal chamado mais tarde de “idiotismo”, sendo uma condição que afetaria as faculdades mentais do indivíduo ao ponto que o mesmo fosse reduzido a uma existência vegetativa, com alguns resquícios de lucidez e crises de agitações (Mas, 2018).

Algumas melhorias para a neuroatipia em crianças só foi possível graças ao caso do “Selvagem de Aveyron”, uma criança encontrada na mata sem qualquer indício de ser ‘civilizada’ que foi entregue Jean Itard, no qual ele aplicou uma série de métodos visando a introdução dessa criança na sociedade, sendo posteriormente consagrado pela história como pai da educação especial (Cordeiro; Antunes, 2020).

Depois de um longo período de movimentos sociais, com base na construção de uma visão científica pautada na ética e análise lógica da realidade, discursos embasados na visão de “retardo mental”, “loucura” ou “neurose” para justificar a postura de indivíduos atípicos vem sendo duramente contestadas sendo percebidos como um modo de ser no mundo, condicionado por um tipo diferente de rede neural (Ortega, 2008).

As dificuldades que as crianças neurodivergentes enfrentam vai além de um diagnóstico que compromete o seu neurodesenvolvimento, após todo o processo de investigação do transtorno e até ser identificado o autismo na criança, existe um caminho longo a percorrer, as famílias começam uma batalha constante para dar qualidade de vida para essas crianças (Falcão *et al.*, 2023).

O processo de adequação começa dentro da própria casa, na qual, a família precisa passar por um processo para desconstruir e reconstruir um novo modo de criar seu filho(a), adequações alimentares, de saúde, nova rotina para acompanhamentos terapêuticos, introdução em ambiente escolar (Carvalho, 2004).

O ambiente escolar muitas vezes é o maior desafio a ser colocado em pauta, visto que, historicamente as escolas são socialmente excludentes, por acreditarem que todas as crianças apresentariam o mesmo ritmo de desenvolvimento, até na contemporaneidade, pela falta de iniciativas públicas as crianças atípicas acabam por não terem os cuidadores especializados em suas necessidades especiais (Reis, 2016).

A educação se moldou posteriormente para implantar o termo ‘educação especial’, visando a inclusão de toda diversidade, seja ela de ordem física ou mental, promovendo a sensibilização e educação sobre as diferentes formas de neurodiversidade para reduzir o estigma e aumentar a compreensão (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021), o que era visto antes como um paradigma da aprendizagem, sendo essencial entender que “A inclusão não se trata somente de

ensinar de forma eficaz, mas sim de atitude do querer fazer, de compreender a complexidade humana” (Senra, 2015, p. 81).

Dessa forma, segundo Araújo (2015), o processo de inclusão não deve ser unicamente inserir a criança em um ambiente, mas também trabalhar todo o espaço ao seu redor para promover essa inclusão social de forma eficaz. Construindo nesse caso um ambiente que esteja integrado com a inclusão de pessoas neurodivergentes, não pontuando o diagnóstico como uma ferramenta excludente dentro do processo educacional (Carvalho *et al.*, 2024).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 EXPECTATIVAS: Quando tudo começou

As mães ao receberem o diagnóstico que seu filho(a) é uma criança neurodivergente enfrentam um novo horizonte de eventos, repleto de emoções e inquietações, isso se aplica não somente aos pais, como também ao seu filho (Donetto, 2022). De forma recorrente, as mães podem criar expectativas bem maiores que os pais sobre a projeção de desenvolvimento típico para seus filhos, ao se depararem com a nova realidade é normal que inicialmente ocorra a negação dos fatos, sensação de luto por perder a idealização do filho, sendo necessário a desconstrução desses pensamentos para agora a reformulação de uma nova vida (Ribeiro, 2020).

Em alguns casos, as mães podem imbuir-se de culpa, seja por razões de problemas na gravidez, sejam eles ausência de algum exame, vacina, vitamina, os estresses, em outros casos até mesmo hipóteses sobre seus genes não serem “bons” podem ser levantadas (Menk, 2007). Isso torna-se cada vez mais problemático, a família por sua vez nem sempre poderá prover os recurso e apoio, sendo necessários ajustes na rotina, planos na carreira, recursos financeiros e atividades sociais (Menk, 2007).

Diante de uma realidade desafiadora frente a um campo de estágio repleto de desafios, essa prática passa a ser o momento para vivenciar as práticas teóricas em meio acadêmico durante o estágio é sempre desafiadora, momento esse que é capaz de proporcionar a reflexão sobre as próprias ideias e ações, no que se refere à formação do profissional. Dessa forma, Bianchi; Alvarenga; Bianchi *et al.*, (2012, p.97) complementa que:

[...] pode-se considerar que o estágio é um período de estudos para aprendizagem e experiência. Envolve supervisão e, ainda, revisão, correção, exame cuidadoso. O estágio, quando visto como uma atividade que pode trazer imensos benefícios para a

aprendizagem para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito à sua formação, certamente trará resultados positivos.

Por sua vez, a chegada ao campo de estágio é o momento não só de aplicar os conhecimentos até então adquiridos em sala de aula, não sendo apenas algo relacionado a competência do estudante em executar sua função, mas também oportuniza a pesquisadora em afirmar a identidade do graduando consigo, sendo também um ponto para sua realização pessoal.

Sendo a principal dificuldade foi se deparar com as mães de crianças neuro atípicas que ao se receberem o diagnóstico apresentavam várias inquietações sobre o assunto, demonstrando muitas vezes que era preciso não só realizar um trabalho com as crianças, mas também com suas mães (Pastorelli; Viana; Benicasa, 2024).

É válido ressaltar também que o estágio comprova sua relevância no momento que proporcionou a pesquisadora sobre o que é sua área de atuação, bem como polir sua percepção sobre as ações, demonstrando que a pesquisadora precisa sempre ter um planejamento flexível para atender as necessidades a população (mães e crianças neurodiversas) que recebe serviços da instituição ao qual se realizou o estágio (Kintope; Borges, 2020).

6.2 A BUSCA DA MÃE PELO ENTENDIMENTO DA NEURODIVERSIDADE

Ao terem seus filhos diagnosticados pelos profissionais dentro de algum do transtorno do neurodesenvolvimento, as mães sempre se mostravam receptivas frente ao que lhes eram. Muitas eram as mães que vinham de várias cidades para buscar por apoio e diagnóstico profissional. Somente uma das mães por seu filho não demonstrar os traços voltados para TEA e TDAH se questionava sobre a veracidade do diagnóstico, ela comentou que não chegou a procurar uma segunda opinião em virtude da sua condição financeira.

Evidencia-se dessa forma a importância da orientação e informação para estas mães a respeito do diagnóstico, sendo as orientações iniciais essenciais para uma boa aceitação, bem como ser indispensável informá-las sobre as fases que seus filhos vão passar ao longo da vida (Matsukura; Menecheli, 2011; Marinho, 2024). Trazendo em especial o caso da mãe que não via seu filho como atípico por não expressar as características clássicas de TEA ou TDHA, se faz necessário em casos como esse um acompanhamento mais detalhado, para enfatizar que por se tratar de um espectro, não se deve considerar apenas as estereotípias tradicionais, mas também entender que podem existir casos mais particulares, como o dela.

O próprio centro ao qual foi realizado o estágio é bastante rico e diverso em questão de profissionais, tornando acessível a identificação e diagnóstico das crianças, dentre os profissionais, cita-se: psiquiatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermeira, fisioterapeuta, psicóloga, entre outros. Atividades multidisciplinares como essas são essenciais para um atendimento de qualidade e multidisciplinar para um bom desenvolvimento das crianças, bem como receber as mães que anteriormente se viam perdidas por falta de informação a respeito da neurodiversidade (Almeida *et al.*, 2019).

Acompanhamentos esses são indispensáveis, visto que, algumas condições especiais podem ser potencialmente incapacitantes, causando algum tipo de prejuízo clinicamente significativo nos domínios da comunicação e do comportamento, apresentando aproximação social anormal (Polizelli; Almohalha, 2021).

6.3 O DIAGNÓSTICO DO AUTISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA MATERNAGEM FRENTE UMA NOVA ROTINA

Durante o período do estágio percebeu-se que mais da metade das mães que frequentavam o espaço não tinham no seu núcleo familiar o pai presente, sendo que esses abandonavam suas parceiras durante o período gestacional ou após o diagnóstico da criança. Para casos assim fica em evidência a falta de conhecimento, de preparo e o machismo, sendo imprescindível entender que o diagnóstico é uma ferramenta para aprofundar o conhecimento e comunicação entre os terapeutas, não sendo algo que invalidaria o indivíduo em hipótese alguma (Dalgarrondo, 2019). Além disso, Vieira (2019) discorre que o abandono paterno é frequente em famílias com filhos atípicos, muito disso se deve ao fato do pai e da mãe por vezes não compreender essa nova realidade a acabar por se distanciando dela como um mecanismo de fuga e negação da realidade.

Questões como essa quando colocadas para os pais devem ser trabalhadas de forma que a disponibilidade de ambos seja feita de forma integral, essa participação em tempo integral é perceptível em maior escala no que condiz a questão da presença materna, isso acaba por gerar problemas para elas, que passam a cuidar dos seus filhos em detrimento de cuidar de si (Segeon; Françoso, 2016). Isso afeta diretamente a sua saúde física e mental, sendo extremamente difícil não só o recebimento do diagnóstico de TEA, mas também o enfrentamento de uma nova realidade repleta de desafios, se fazendo necessário uma boa rede de apoio, que em muitos casos não se encontra disponível (Gutierrez; Rocha; Santos, 2024; Borges; Werner, 2018).

Roma e Alves (2020) também constataram essa afirmação através da aplicação de questionários, evidenciando que a maior prevalência para o cuidado de um filho neurodivergente recaia sobre a mãe, Picardi *et al.* (2018) complementa que em situações como essa as genitoras são condicionadas a abandonarem suas funções profissionais, deixando de lado seus sonhos e ambições pessoais para encarar uma nova realidade.

Eventualmente também foi relatado pelas mães que seus filhos apresentavam certa seletividade alimentar, não sendo trazido como demanda direta, mas que certamente por se tratar de uma desordem sensorial contribuiu em afetar a dinâmica de aceitação de alimentos, visto que as crianças com TEA tendem a ser mais resistentes para à inserção de novos alimentos, podendo construir barreiras para experimentar novos alimentos (Barbosa *et al.*, 2022).

Muito se relatou durante os encontros sobre a questão de conseguir atividades prazerosas de lazer com os filhos, sobre as dificuldades financeiras de se conseguir fazer algumas práticas com seus filhos, as dificuldades que eles tinham em conseguir fazer amizades com outras crianças, chegando ao ponto de outras crianças fugirem da criança atípica.

Dinâmicas como essa refletem diretamente na saúde familiar, além de impactar na autonomia dos filhos, fazendo com que a mãe passe por um sofrimento profundo não podendo prover para seu filho as condições as quais ela gostaria para que ele (Carvalho, 2004). A questão de outras crianças evitarem outras crianças, apenas por suas atipias reflete diretamente no preconceito da sociedade em abordar a diversidade e desmistificar a ideia que o ‘ser diferente’ seria algo ruim ou aversivo a população, evidenciando a necessidade de novas abordagens para promover a disseminação e entendimento de forma plena sobre a neurodiversidade (Carmo *et al.*, 2021).

Essa responsabilidade de trabalhar os estigmas e preconceitos em torno do autismo também recai sobre o Estado, no qual o mesmo na Lei nº 12.764/2012 prevê que no seu 2º artigo no inciso VI “a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações” (Brasil, 2012), dessa forma fica em evidência que situações como essa acusam uma falha quanto ao processo de conscientização sobre a neurodiversidade.

6.4 DIVISÃO DE SENTIMENTOS

Durante os atendimentos foi notado a presença de mais de um filho diagnosticados com TEA, sendo comum também a comorbidade com TOD, era perceptível que a para a mãe se tornava bem difícil ter que cuidar de tudo sozinha, mas que era possível visualizar os progressos

que estavam sendo alcançados na terapia, se mostrando satisfeita apesar das dificuldades que enfrentava.

Situações como essa expressam que um grupo especializado para o atendimento dos filhos atípicos pode mitigar situações de estresse e desgaste, diferente de mães que passam pelas mesmas situações, conforme foi constatado por (Kortmann, 2013), posteriormente Devaliere (2016) também identificou que o tratamento especializado para crianças neurodivergentes através de uma equipe especializada protege a mãe de episódios de estresse, ansiedade e até mesmo de depressão, mostrando uma melhor adaptação a essa nova realidade, bem como estratégias de cuidados mais efetivas.

Também ficava em evidência que as mães desse espaço sempre se presentes e dispostas a entender as dinâmicas que a equipe de profissionais lhe repassava, nunca se colocando de forma invasiva para a forma como os terapeutas conduziam seus atendimentos. Por outro lado, um caso era a exceção a regra, já que a criança não queria entrar na sala e notava-se que ela não permitia que sua criança fosse sozinha, sendo preciso ser trabalhado além da terapia com a criança, o processo de separação e respeito com esse momento.

É notório que esse tipo de comportamento pode ser explicado através dos estudos desenvolvidos por Donald Woods Winnicott, sendo perceptível no primeiro caso em que a mãe desenvolveu para si a característica de “mãe suficientemente boa”, apresentando adaptação ativa que exigindo uma preocupação fácil e sem ressentimentos, sendo que no segundo caso a mãe tentava atingir um caráter de “excelência”, no qual muitas vezes é danoso para o desenvolvimento infantil (Lobo, 2008). Winnicott destaca que esse caráter de suficiência é o ideal para o desenvolvimento infantil, já que facilitam o desdobramento do processo de maturação, sendo esse pautado na integração (propiciada pelo *holding*), personalização (propiciada pelo *handling*) e relação objetal (propiciada pela apresentação dos objetos) (Medeiros; Aiello-Vaisberg, 2014).

Dentro dos momentos de conversa foi observado nos relatos que um dos filhos típicos sofria muito para com relação ao seu irmão atípico, muitas vezes tinha que ceder tudo, para o irmão atípico que apresentava um nível de suporte 3, e a mãe mesmo que inocentemente, acabava por ser identificado atos de exclusão, possivelmente em virtude da sobrecarga da rotina, procurando levar os dois em casas de familiares para tentar promover interação social, só que muitas vezes sem sucesso.

Evidências como essa sugerem que os irmãos de crianças neurodivergentes passam por processos de certa forma excludentes dentro da relação devido a condições em que as mães precisam priorizar um cuidado maior para o filho mais necessitado, podendo gerar prejuízos

para o desenvolvimento infantil, já que a criança passaria a exercer um papel de auxiliar no cuidado e ceder espaço para o irmão. É notável que a genitora por vezes abre mão de impor limites para o filho atípico quando preciso, isso acaba por gerar impactos nas atividades básicas do dia a dia, além negligenciar os cuidados com o irmão “típico”, em casos mais graves devido a não compreensão desse irmão pode ocorrer casos de ciúmes, por vezes justificáveis (Barata, 2018).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou que o significado de ser mãe de uma criança autista é muito além de cuidar, as adequações ao contexto familiar, concretizações de novos planos, desenvolver-se para uma nova “maternagem” são fatores indispensáveis para encarar uma nova realidade.

O convívio com um filho atípico dessa forma pode fazer com que a mãe faça uma busca em torno de várias modalidades de tratamento e profissionais devidamente capacitados. Favorecendo um viés positivo através da terapia uma evolução no quadro da sua criança, bem como uma melhor capacitação através do feedback dos terapeutas.

Alguns dos relatos tornam nítido que as mães por muitas vezes tendem inicialmente a buscar compreender o assunto. Sendo que em alguns casos pode chegar ao critério de um cuidado exacerbado na esperança de atingir um critério de “excelência” como forma de proteger o filho dos males que a sociedade poderia provocar no mesmo.

Porém, tal prática não é a recomendada, conforme foi evidenciado por Winnicott, no qual o melhor caminho a se seguir para um desenvolvimento infantil saudável é o da “suficiência”. Sendo assim é preciso entender que o diagnóstico do seu filho é uma forma de conhecê-lo melhor, não sendo algo que irá ser uma rotulagem, e sim um indivíduo com características únicas dentro do diagnóstico, bem como suas individualidades enquanto ser humano.

Ressalta-se que os relatos das mães durante os momentos de conversa durante o estágio foram possíveis observar que o foco delas seria unicamente falar sobre seu papel maternal. Muitas vezes não se desvinculava sua fala para outras questões ocupacionais, isso evidencia que muito dos seus anseios, sonhos e ambições pessoais foram renunciadas para que fosse possível prover benefícios para o seu filho mais necessitado.

Por fim, o presente estudo propiciou condições favoráveis para fomentar a discussão da temática frente a literatura somada a experiência da pesquisado no campo de estágio.

Evidenciou-se que a responsabilidade do cuidado do filho atípico recaiu integralmente sobre as mães dessas crianças, de tal forma que elas tiveram que criar mecanismos de enfrentamento para lidar com essa realidade repleta de preconceitos e condições desafiadoras na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Projeto cria política nacional de combate ao suicídio de crianças e adolescentes**. 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/15/projeto-cria-politica-nacional-de-combate-ao-suicidio-de-criancas-e-adolescentes>. acesso: 25 de set. 2023.

ALMEIDA, L. M. S. ARAÚJO, C. F.; LEITE, G. C. O.; TAIAR, I. T.; MACHADO, V. G.; LOWENTHAL, R. Serviço especializado em atendimento a pessoas com diagnóstico de autismo e suas contribuições para o sus. **In: ANAIS DO V CONGRESSO INTERNACIONAL E XXV NACIONAL DA ABENEPI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA INFANTIL E PROFISSÕES AFINS) - VOL. 1 2019**, 2019, Vitória. **Anais eletrônicos**. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/abenepe/abenepe-2019/trabalhos/servico-especializado-em-atendimento-a-pessoas-com-diagnostico-de-autismo-e-suas?lang=pt-br>. Acesso em: 01 Abr. 2024.

ALMOHALHA, L.; POLIZELLI, M. C. P. **Convivendo com autismo**: relato de experiência materna. *Autismo: avanços e desafios*, 2021, p. 2021.

ALVES, K. N. **A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA NA CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em psicologia), UNIFASIPE, Mato Grosso, 2022.

ALENCAR, H. F.; BARBOSA, H. F.; GOMES, R. V. B. **NEURODIVERSIDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**. **In: CONEDU, Escola em Tempos de Conexões**, vol. 2, 2021. ISBN 978-65-86901-50-4 2125

ARAÚJO, R.R; SILVA, J.R.S; D'ANTINO, M.E.F. Breve discussão sobre o impacto de se ter um irmão com transtorno do espectro do autismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, vol.12, n.1, p. 9-15, 2012.

ARMSTRONG, T. **Neurodiversity**: Discovering the Extraordinary Gifts of Autism, ADHD, Dyslexia, and Other Brain Differences. Hachette Books, 2010.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 5. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARATA, M. F. O. **“EU APRENDI QUE ELE PRECISA DE MAIS ATENÇÃO DO QUE EU” Os significados de ser irmão de uma criança com transtorno do espectro autista**. 2018. Dissertação (mestrado em saúde da criança e do adolescente), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

BARBOSA, G. M.; TEIXEIRA, Y.; FURTADO, Y. R. A. L.; SOUSA, L. N.; FERNANDES, C. Y. P. Consequências da seletividade alimentar em crianças com Transtorno do Espectro Autista: revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, v. 11, n.6, e15711629014, 2022.

BERIGO, G. G. G.; VEDANA, G. G.; SILVA, G. C. L.; SCORSOLINI-CORMIN, F.; MENDES, D. D. O.; FIORATI, R. C.; FERREIRA, L. V. C. **Familiares de pacientes com transtornos mentais nos serviços de atenção à saúde mental**: revisão integrativa. **PEER REVIEW**, Vol. 5, Nº 13, 2023. DOI: 10.53660/613.prw1710. ISSN: 1541-1389

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. Cengage Learning Editores, 10/2012.

BORGES, A. A. P.; WERNER, A. Em busca do tempo perdido: a reviravolta das mães de autistas. **In**: BORGES, A. A. P.; NOGUEIRA, M. L. M. (org.). **O aluno com autismo na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

BRASIL, **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL, **LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Acesso em: 05 Mai. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm

CAMPOS, T. B.; WINOGRAG, M. **Feminilidade e Maternidade na Psicanálise**. Curitiba: Appris, 2022.

CAVALCANTE, F. G. **Pessoas muito especiais**: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CARMO, W. L. N.; SILVA, S. R.; RODRIGUES, E. T. A. F.; VERGA, S. M. P. MAZZA, V. A.; CARVALHO, I. S. R. Diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em crianças e os impactos no âmbito familiar: análise de nuvens de palavras e similitude. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.6, p. 63912-63923 jun. 2021.

CARVALHO, I. E.; SANTANA, A. J. S.; SOUZA, J. L.; MEROTO, M. B. N.; SANTOS, S. M. A. V.; MOREIRA, M. F. S.; LORDES, J. B. B.; MARTINS, S. S. Contribuição da neuropsicologia com alunos portadores de autismo. **Revista foco**, v.17.n.1, p.01-17, 2024.

CARVALHO, R. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre. Mediação, 2004. p.176.

CALLONERE, A.; FERREIRA ROLIM, S.; HÜBNER, M. M. Relações familiares e escolares em práticas inclusivas. **Comportamento em foco**, São Paulo, v. 1, p. 87-102, 2011.

CONSTANTINIDIS, T. C.; SILVA, L. C.; RIBEIRO, M. C. C. “Todo Mundo Quer Ter um Filho Perfeito”: Vivências de Mães de Crianças com Autismo. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 1, p. 47-58, jan./mar. 2018.

CORDEIRO, A. F. M.; ANTUNES, M. A. M. A ação pedagógica de Itard na educação de Victor, o "selvagem de Aveyron": contribuição à história da psicologia. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** vol.40 no.99 São Paulo jul./dez. 2020.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3° ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019.

DESSEM, M. A.; SILVA, N, L, P. Deficiência Mental e família: uma análise da produção científica. Paidéia. **Cadernos de Psicologia da Educação**. Vol.09. nº16, p. 31-40, São Paulo, 1999.

DEVALIERE, M. A. **Mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro autista: análise de ansiedade, depressão e estresse**. Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. 2016.

DONETTO, M. **Pais (não) nascem prontos!:** construindo caminhos para o desafio de educar. Literare Books, 2022.

DONVAN, J.; ZUCKER, C. **Outra sintonia:** a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

EBERT, M.; LORENZINI, E.; FRANCO DA SILVA, E. Mães de crianças com transtorno autístico: percepções e trajetórias. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 49-55, 2015.

FACION, J. R. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. Editora Ibplex, 2005.

FALCÃO, T. P.; MACHADO, K.; PEREIRA, C.; RODRIGUES, P.; FURTADO, A. P.; NASCIMENTO, A. Eu também quero brincar! IA gerativa integrada à comunicação alternativa para inclusão de crianças neurodivergentes em contextos lúdicos. **In: WORKSHOP EM CULTURAS, ALTERIDADES E PARTICIPAÇÕES EM IHC (CAPAIHC)**, 2., 2023, Maceió/AL. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 32-37.

FANTINI, M. N. A. **Esperança e hospitalidade:** a entrevista devolutiva em grupo no contexto da clínica-escola. 2022. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FREITAS, B. M. S.; GAUDENZI, P. “Nós, mães de autistas”: entre o saber da experiência e as memórias coletivas em vídeos no YouTube. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27 (04), 2022.

GUTIERREZ, D. M. D.; ROCHA, K. L. S.; SANTOS, L. S. Vivências atípicas: experiências de mães de crianças com autismo (Brasil). **REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**. Ano 5, Vol 5, Núm. 1, jan-jun, 2024, pág. 138-157.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 28(Supl. I), S3-11, 2006.

KINTOPE, L. O.; BORGES, R. S. EMPODERANDO MÃES ATÍPICAS: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AUTOESTIMA NA MATERNIDADE ATÍPICA. **Journal of Media Critiques.** Brazil, Vol. 6, n. 18, p. 21-36, 2020.

KORTMANN, G. M. L. **Aprendizagens da Criança autista e suas relações familiares e sociais: estratégias educativas.** Monografia (especialização em neuropsicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LEANDRO, J. A.; LOPES, B. A. Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980. **Interface**, 22(64), 153-163, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0140>

LOBO, S. As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa”. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Vol. 42, n. 4, p. 67-74. 2008.

LOPES, B. A. **Não existe mãe-geladeira: uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019).** 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2019.

LOPES, B. A. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.3, p.511-526, Jul.-Set., 2020.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe.** São Paulo: Martins Fontes; 1999.

MARINHO, M. R. **Experiência de ser mãe de uma criança com autismo.** Monografia (graduação em história), Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centro de Estudos Superiores de TAFÉ – CEST, Tafé, p. 53. 2024.

MATSUKURA, T.S.; MENECHLI, L.A. Famílias de crianças autistas: demandas e expectativas referentes ao cotidiano de cuidados e ao tratamento. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 19, n. 12, p. 137-152, 2011.

MAS, N.A. **Transtorno do espectro autista-história da construção de um diagnóstico.** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.47.2018.tde26102018-191739. Acesso em: 19 de nov. 2023.

MEDEIROS, C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Seção Temática**, Psicol. clin. vol. 26, n. 2, 2014.

MENK, P. **UM ESTUDO Sócio-antropológico com um grupo de mães de pessoas com autismo infantil.** 147p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, UNESP, Araraquara, são paulo, 2007.

MINETTO, M. F.; LÖHR, S. S. Crenças e práticas educativas de mães de crianças com desenvolvimento atípico. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 49-64, jan./mar. 2016.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NEUROSABER. **Quais são os principais transtornos de desenvolvimento infantil?**. 2020. Data de Acesso: 25/09/2023. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/quais-sao-os-principais-transtornos-de-desenvolvimento-infantil/>

NIETSCHE, A. D. **ESTUDOS SOBRE AUTISMO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

O'REILLY, A. Matricentric Feminism: a feminism for mothers. **Journal of the Motherhood initiative**. v. 10, n. 1, 2, 2019.

ORTEGA, F. **O Sujeito Cerebral e o Movimento da Neurodiversidade**. Rio de Janeiro: 2008.

PASTORELLI, S. O. S.; VIANA, C. T. S.; BENICASA, M. G. MATERNIDADE ATÍPICA: CARACTERIZAÇÃO DO SOFRIMENTO E SEUS ENFRENTAMENTOS. **Revista Acadêmica Online**, vol. 10, n. 50, p. 1–21. 2024. <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n50.6>

PEREIRA, J. D. S. **ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO E O TDAH: avaliação multidimensional para identificação de indicadores de dupla excepcionalidade**. 2021. Tese (doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2021.

PICARDI, A.; GIGANTESCO A.; TAROLLA, E.; STOPPIONI, V.; CERBO, R.; CREMONTE, M.; LEGA, I.; NARDOCCI, F. Parental burden and its correlates in families of children with autism spectrum disorder: a multicentre study with two comparison groups. **Clin Pract Epidemiol Ment Health**. 2018.

POLLACK, R. Bruno Bettelheim ou la fabrication d'un mythe: une biographie. **Paris: Les Empêcheurs de penser en rond**, Le Seuil, 2003.

REIS, H. I. S. et al. Da avaliação à intervenção na perturbação do espectro do autismo. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 269-280, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313146769002.pdf>. Acesso 20 nov. 2023.

RIBEIRO, A. G. **Impacto psicológico da família ao receber o diagnóstico de autismo**. 74p. Trabalho de conclusão de curso (psicologia), UNIFASIPE, Mato Grosso, 2020.

ROMA, D. A.; ALVES, M. P. **SOBRECARGA DE FAMILIARES E CUIDADORES ENVOLVIDOS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO**

DO ESPECTRO AUTISTA. TCC (graduação em fonoaudiologia), UNIVAG centro universitário, 2020.

SAAD, A. P. R. **PROJETO TERAPÊUTICO PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO.** Tese (doutorado em saúde e desenvolvimento). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande. 2024.

SAES, J. P. C. C. **Design de Salas de Terapia em Escolas Inclusivas.** 2019. Tese (Doutorado em Design), Universidade de Lisboa, Portugal, 2019.

SANTOS, M. C. S.; NOGUEIRA, M. L. M.; MOKARIN, G. B. MATERNIDADE OU MATERNAGEM: O LUGAR DA MULHER NO CUIDADO DO FILHO ATÍPICO. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 151-160, 2023.

SCHWARZ, D. T.; PRETTO, B. Um olhar da psicologia para as relações de maternagem: ser filha para poder ser mãe. **Destques Acadêmicos**, Lajeado, v. 10, n. 3, p. 140-156, 2018. ISSN 2176-3070

SENRA, M. S. Reflexões sobre a neurodiversidade, inclusão e exclusão nos sistemas educacionais do séc. XXI: uma breve discussão sobre as adaptações curriculares na inclusão de alunos com autismo em escolas regulares. **Interlúdio**, v. 3, n. 4, 2015, p. 80-85.

SILVA, E. F. **O impacto financeiro nas famílias que tem diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e suas consequências financeiras e econômicas para a sociedade.** In: Soares AM. Tópicos especiais em Ciências da Saúde: teoria, métodos e práticas 4 [Internet]. 2020. Acesso em: 04 Mai. 2024. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/escola-bahiana-de-medicina-e-saude-publica/psicologia/silva-o-impacto-financeiro-nas-familias-que-tem-diagnostico-de-tea-transtorno-do-espectro-autista-e-suas-consequencias-financeiras-e-economicas-para-a-sociedade-livro/72242335>

TIRELLI, M.; MOLINA, C.; ALEGRE, L. P. **Transtorno do espectro autista: diagnóstico tardio e suas consequências.** In: **Anais da 15ª mostra de iniciação científica júnior.** (anais URCAMP, 2021).

TRILICO, M. **A CID DO TDAH: Qual o código na classificação Internacional de Doenças para o transtorno?.** 2022. Disponível em: https://blog.matheustriliconeurologia.com.br/cid-tdah/#CID-10_ou_CID-11. Acesso em 20 de nov. 2023.

VIEIRA, J. K. S. **Maternidade azul: percepção de mães acerca do transtorno do espectro autista.** 2019. P. 64. TCC (bacharelado em enfermagem), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2019.

XAVIER, A. K. O. Da sacralização ao purgatório: maternidade compulsória e o mito do amor materno. **JNT- Facit Business and Technology Journal.** Ed. 39 Vol. 3. Págs. 24-37. 2022. ISSN: 2526-4281